
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE, DA LOCALIZA RENT A CAR S.A., COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO

Pelo presente instrumento particular,

- (a) **Localiza Rent a Car S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo Monteiro, nº 1.563, Bairro Funcionários, CEP 30150-902, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o nº 16.670.085/0001-55, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Companhia" "Localiza" ou "Emissora"; e
- (b) **Planner Trustee DTVM Ltda.**, sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3900 – 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395-0001/46, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 4ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Agente Fiduciário");

Resolvem, na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante da Localiza Rent a Car S.A., com Esforços Restritos de Colocação ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM nº 476 (conforme abaixo definida), em observância às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada e a Emissão de Debêntures é realizada de acordo com as deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 27 de abril de 2010, ora em fase de registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em 29 de abril de 2010, e nos jornais "Valor Econômico", edição nacional e "Diário do Comércio", edição local, em 28 de abril de 2010 ("RCA"), nos termos do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").



Handwritten signatures of the parties involved in the instrument.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS REQUISITOS

2.1. Da dispensa de Protocolo, Registro ou Arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. A presente Emissão será objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação e está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM n.º 476" e "Oferta Restrita", respectivamente), exceto pelo envio de comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, nos termos do artigo 8º da Instrução n.º CVM 476, conforme modelo constante do seu anexo I, ou fisicamente, mediante protocolo em qualquer dos endereços da CVM em São Paulo ou no Rio de Janeiro, na eventualidade de o envio via internet estar indisponível ("Comunicação de Encerramento").

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais e Publicação dos Atos Societários

A ata da RCA encontra-se em fase de registro na JUCEMG e terá seu registro concluído anteriormente ao início da distribuição. Referida ata de RCA foi publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 29 de abril de 2010 e nos jornais "Valor Econômico", edição nacional e "Diário do Comércio", edição local em 28 de abril de 2010, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCEMG, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos da Instrução CVM n.º 476 ("Investidor Qualificado"), nos mercados regulamentados de valores mobiliários e depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM n.º 476.



CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão será realizada em duas séries, sendo a 1ª série no valor de R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) (“Debêntures da 1ª Série”) e a 2ª série no valor de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) (“Debêntures da 2ª Série”), ambas na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 370 (trezentas e setenta) Debêntures, sendo 240 (duzentas e quarenta) Debêntures da 1ª Série e 130 (cento e trinta) Debêntures da 2ª Série.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos captados por meio da Emissão serão utilizados para investimento em frota e reforço de capital de giro da Companhia.

3.5. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante da Emissora

3.6. Banco Mandatário, Instituição Depositária e Escriturador

O banco mandatário da Emissão, instituição depositária e escrituradora das Debêntures é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, na Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 (“Banco Mandatário”, “Instituição Depositária” e “Banco Escriturador”).

3.7. Limite Legal

O valor total da Emissão, conforme disposto no item 3.2 acima, atende aos limites impostos à realização de emissões e ofertas públicas de debêntures previstos no artigo 60 da Lei das



Sociedades por Ações, uma vez que o capital social integralizado da Emissora, nesta data, é de R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) e não ultrapassa o limite legal estabelecido na alínea "b" do referido artigo 60, conforme detalhado abaixo:

| Posição em 31 de março de 2010 | R\$ (milhões) |
|---|---------------|
| 4ª Emissão de Debêntures com Garantia Flutuante (A) | 370,0 |
| Total de Emissões com Garantia Flutuante (B) (o qual não inclui a 4ª Emissão) | 602,6 |
| Ativo Total (C) | 2.396,9 |
| 70% do Ativo Total (D) | 1.677,8 |
| Total das Dívidas Garantidas por Ativos Reais (E) | 0 |
| 70% do Ativo Total - Total das Dívidas Garantidas por Ativos Reais (F=D-E) | 1.677,8 |
| Total Disponível para Emissões com Garantia Flutuante (F-B) | 1.075,2 |

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados em observância à Instrução CVM nº 476 e conforme estabelecido nesta Cláusula Quarta. A Oferta Restrita será realizada sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante da Localiza Rent a Car S.A. ("Contrato de Colocação") com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, n. 2041 e 2236, Bloco A, 27 andar, na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42 ("Coordenador Líder") e do BB - Banco de Investimento S.A., instituição financeira com sede na Rua Senador Dantas, 105, 36º andar, Centro, CEP 20.031-923, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.933.830/0001-30 ("BB-BI") e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores", sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures.

4.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 4.1.1. acima, no âmbito da Oferta Restrita, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelos Coordenadores; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 476.

4.1.3. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.



4.1.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM n.º 476 e nesta Escritura de Emissão.

4.1.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.6. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 5 de maio de 2010 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, para as Debêntures de ambas as séries será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário"). O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Banco Escriturador. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas no SND, será expedido pela CETIP extrato em nome dos titulares das Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade.

4.5. Espécie e Garantia

As Debêntures serão emitidas com garantia flutuante, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização



4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, sendo o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série acrescido da Remuneração da 1ª Série (conforme abaixo definida) e o Valor Unitário das Debêntures da 2ª Série acrescido da Remuneração da 2ª Série (conforme abaixo definido), respectivamente ("Preço de Subscrição").

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 5 de maio de 2017 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização Programada

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 6 (seis) parcelas anuais, da seguinte forma ("Data de Pagamento do Principal da 1ª Série"):

| Parcela | Valor | Data de Pagamento do Principal da 1ª Série |
|------------|------------------|--|
| 1ª parcela | R\$24.000.000,00 | 5 de maio de 2012 |
| 2ª parcela | R\$24.000.000,00 | 5 de maio de 2013 |
| 3ª parcela | R\$24.000.000,00 | 5 de maio de 2014 |
| 4ª parcela | R\$24.000.000,00 | 5 de maio de 2015 |
| 5ª parcela | R\$48.000.000,00 | 5 de maio de 2016 |
| 6ª parcela | R\$96.000.000,00 | 5 de maio de 2017 |

4.8.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado em 4 (quatro) parcelas anuais, da seguinte forma ("Data de Pagamento do Principal da 2ª Série" e, em conjunto com a Data de Pagamento do Principal da 1ª Série, "Data de Pagamento do Principal"):

| Parcela | Valor | Data de Pagamento do Principal da 2ª Série |
|------------|------------------|--|
| 1ª parcela | R\$39.000.000,00 | 5 de maio de 2014 |
| 2ª parcela | R\$39.000.000,00 | 5 de maio de 2015 |
| 3ª parcela | R\$26.000.000,00 | 5 de maio de 2016 |
| 4ª parcela | R\$26.000.000,00 | 5 de maio de 2017 |



4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures da 1ª Série farão jus à juros remuneratórios, pagos semestralmente a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, correspondentes à variação acumulada de 114,0% (cento e quatorze por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI" e "Remuneração da 1ª Série", respectivamente). A Remuneração da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis, desde a Data de Emissão ou data do último evento, conforme aplicável, até a Data de Vencimento ou Data de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definida), conforme o caso, de acordo com a fórmula estabelecida no item 4.9.3 abaixo.

4.9.2. As Debêntures da 2ª Série farão jus à juros remuneratórios, pagos semestralmente a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, correspondentes à variação acumulada de 112,0% (cento e doze por cento) da Taxa DI, conforme acima definida ("Remuneração da 2ª Série" e, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, "Remuneração"). A Remuneração da 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis, desde a Data de Emissão ou data do último evento, conforme aplicável, até a Data de Vencimento ou Data de Vencimento Antecipado (conforme abaixo definida), conforme o caso, de acordo com a fórmula estabelecida na cláusula 4.9.3 abaixo.

4.9.3. A Remuneração da 1ª Série e a Remuneração da 2ª Série deverão ser calculadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VN \times (FatorDI - 1), \text{ onde:}$$

J: corresponde ao valor da remuneração, devida no final de cada Período de Capitalização, conforme definido em 4.9.3.1 abaixo, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VN: corresponde ao Valor Nominal Unitário da Debênture no início de cada Período de Capitalização (conforme definido no item 4.9.3.1 abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator DI: corresponde ao produtório das Taxas DI Over com uso de percentual aplicado a partir da data de início de capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida em 4.9.3.2 abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n: corresponde ao número total de Taxas DI Over consideradas na atualização das Debêntures, sendo "n" um número inteiro;

p: corresponde ao percentual aplicado sobre a Taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais;

TDI_k: corresponde à Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k: corresponde à Taxa DI Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios:

- i) o fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ será considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- iv) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

4.9.3.1. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente (conforme abaixo definida). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.3.2. A Remuneração das Debêntures da 1ª e da 2ª Séries será paga semestralmente, em parcelas iguais e sucessivas, todo dia 5 dos meses de maio e novembro de cada ano até a Data de Vencimento, sendo a primeira parcela devida em 5 de novembro de 2010 e a última parcela em 5 de maio de 2017 ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.9.3.3. Farão jus à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures no encerramento do dia útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

4.9.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível, quando da apuração da Remuneração, será aplicada na apuração de "TDI_k" a última Taxa DI aplicável que estiver disponível na data de apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos titulares de Debêntures, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

4.9.4.1. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia útil em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.4.2. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.4.1. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de



divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.9.4.2., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.5. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.4.1. acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e titulares de Debêntures representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data do encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 1ª Serie ou da Remuneração da 2ª Serie, conforme o caso, devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão. Neste caso a Taxa DI a ser utilizada para o cálculo da Remuneração da 1ª Serie ou da Remuneração da 2ª Serie, conforme o caso, será a última Taxa DI disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estabelecido pela Emissora em conjunto com o Debenturistas, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a amortização das Debêntures da 1ª e da 2ª Series se dê em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Durante o cronograma estabelecido pela Emissora em conjunto com os Debenturistas para amortização das Debêntures da 1ª e da 2ª Series e até a amortização integral das Debêntures em circulação, as Debêntures farão jus à nova remuneração a ser definida pelos titulares de Debêntures em AGD.

4.10. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida desde a Data da Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos previstos nesta Escritura de Emissão, independentemente de



aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) pedido de recuperação judicial formulado pela Emissora e/ou controladas; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou controladas; (iii) decretação de falência da Emissora e/ou controladas; (iv) proposta de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido deferida ou obtida homologação judicial do referido plano pela Emissora e/ou controladas; (v) ingresso da Emissora e/ou controladas em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (vi) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou controladas; ou ainda (vii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou contra suas controladas e não devidamente elidido no prazo legal;
- (b) protesto de títulos contra a Emissora e/ou suas controladas, ainda que na condição de garantidora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV") entre a Data da Emissão e a data de sua apuração) salvo se, no prazo de até 7 (sete) dias úteis da data do protesto, a Emissora e/ou suas controladas tenha comprovado que tal protesto (i) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) foi cancelado; ou (iii) tiver sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;
- (c) declaração de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou contra suas controladas cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) (o qual deverá ser atualizado pela variação do IGP-M/FGV entre a Data da Emissão e a data de sua apuração) ou equivalente em outras moedas;
- (d) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data da inadimplência;
- (e) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária relevante relacionada à Emissão assumida nesta Escritura de Emissão, salvo se, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento pela Emissora de notificação a ser obrigatoriamente enviada pelo Agente Fiduciário, tal descumprimento for sanado;
- (f) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado ultrapasse R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) (o qual deverá ser



atualizado pela variação do IGP-M/FGV entre a Data da Emissão e a data de sua apuração) ou o seu equivalente em outras moedas;

- (g) a incorporação, fusão ou cisão da Emissora, salvo se, (a) nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações: (i) tal alteração societária for aprovada previamente pelos Debenturistas detentores de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação ou (ii) se for garantido, aos Debenturistas, o direito de resgate pelo prazo de 6 (seis) meses, a contar da data da publicação das atas das assembleias relativas à operação das Debêntures de que forem titulares; ou (b) a parte cindida ou sociedade resultante da incorporação ou fusão permaneça dentro do atual grupo econômico da Emissora, sendo que tanto na hipótese (a) (ii), quanto na hipótese (b), a parte cindida ou sociedade resultante da incorporação ou fusão responderá solidariamente pelo resgate das Debêntures;
- (h) redução de capital da Emissora e/ou recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento, exceto se tal redução de capital da Emissora e/ou a recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento forem previamente autorizadas pelos Debenturistas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) caso a Emissora esteja em mora com as obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, e delibere ou distribua dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no seu Estatuto Social acima do mínimo legal, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) a atividade principal da Emissora deixe de ser o aluguel de carros e atividades diretamente relacionadas a aluguel de carros;
- (l) se o Standard & Poors rebaixar o rating corporativo da Emissora em duas ou mais notas na classificação de risco, em escala nacional, em relação ao rating concedido de brAA- (BR, duplo A, negativo), inclusive em virtude de qualquer alteração na composição societária, que venha a resultar na perda, transferência ou alienação do "Poder de Controle da Emissora" pelos atuais controladores, ou na ausência da Standard & Poor's, caso a classificação equivalente emitida pela Moody's ou Fitch Rating esteja em nível equivalente ao de duas notas abaixo daquela concedida pela Standard & Poor's;

"Poder de Controle da Emissora" é o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Emissora, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou



ao grupo de pessoas vinculado por acórdão de acionistas ou sob controle comum (grupo de controle) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembléias Gerais da Emissora, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante, conforme definição constante do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

- (m) não-manutenção dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, e a não entrega de declaração do Diretor de Finanças e de Relações com Investidores atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura de Emissão, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora, e aos auditores independentes desta, todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. As apurações serão feitas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores:

- (i) índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não superior a 4,00,

onde: "Dívida Líquida" significa o valor calculado em bases consolidadas na Emissora igual (a) à soma dos passivos junto a instituições financeiras, dos títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos, bem como dos mútuos com partes relacionadas e do saldo líquido de operações de derivativos (passivos menos ativos de operações com derivativos); diminuído (b) das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata ou aplicações de curto prazo, títulos e valores mobiliários de própria emissão ou de terceiros, e títulos públicos e privados de qualquer natureza e (c) dos efeitos da marcação a mercado das operações de derivativos; e "EBITDA" significa o lucro ou prejuízo líquido da Emissora, em bases consolidadas, relativo aos 12 (doze) últimos meses, antes das despesas (receitas) financeiras líquidas, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas de depreciação e amortização.

- (ii) índice obtido da divisão entre EBITDA (conforme definido acima) pelas Despesas Financeiras Líquidas (conforme definido abaixo) não deverá ser inferior 1,50,

onde: "Despesas Financeiras Líquidas" significam as despesas financeiras relativas aos 12 (doze) últimos meses efetivamente desembolsadas em bases consolidadas pela Emissora, ou seja, (a) juros relativos a dívidas bancárias (líquida de receitas de aplicações financeiras), (b) parcela com impacto no caixa da variação monetária e cambial sobre juros das modalidades de dívida, (c) juros pagos às Debêntures e demais títulos e valores mobiliários emitidos nos mercados financeiro e de capitais, internacional e nacional (líquidas de receitas de aplicações em títulos e valores mobiliários ou em títulos públicos e privados de qualquer natureza), (d) despesas financeiras com impacto de caixa relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo (líquidas de receitas financeiras com impacto caixa recebidas relativamente a mútuos com partes relacionadas listadas no ativo), bem como (e) o valor efetivamente desembolsado referente a passivos de operações de derivativos de proteção de dívidas (líquido dos valores efetivamente recebidos referentes a ativos de operações com derivativos de proteção de dívidas);



(n) descumprimento pela Emissora da destinação dos recursos obtidos na Emissão, nos termos do item 3.4 da presente Escritura de Emissão; ou

(o) suspensão da negociação ou do registro da negociação das Debêntures junto à CETIP não sanado no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

4.11.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens "a", "b", "c", "d" e "n" do item 4.11.1 acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

(i) Na ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados no item 4.11.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 5 (cinco) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto. A AGD aqui tratada deverá se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que, na hipótese de segunda convocação, o respectivo edital deverá ser publicado no primeiro dia útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da AGD nos termos da primeira convocação;

(ii) Se, na referida AGD, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures; caso contrário, em segunda convocação, da referida AGD, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.3. No que se refere aos subitens "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m" e "o" do item 4.11.1 acima, caso (i) não haja acordo entre os Debenturistas e a Emissora na AGD mencionada no item (i) do item 4.11.2 acima ou (ii) caso não haja deliberação em tal AGD, inclusive por não instalação desta, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

4.11.4. Para fins do item (a) do item 4.11.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei no 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.12. Resgate Antecipado Facultativo

4.12.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, resgatar a totalidade das Debêntures, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, desde que referido resgate ocorra em uma data que coincida com uma Data de Pagamento da Remuneração ou uma Data de Pagamento do Principal, com



pagamento de prêmio de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) calculado sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente acrescido da Remuneração da 1ª ou da 2ª Serie calculada *pro rata temporis* a partir da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo resgate ("Prêmio"), mediante notificação ao Agente Fiduciário com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. As Debêntures serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 1ª ou da 2ª Serie, conforme aplicável, devida até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da última Data de Pagamento da Remuneração da 1ª ou da 2ª Serie, conforme aplicável, e do Prêmio.

4.12.2. Em caso de resgate antecipado facultativo, a Emissora celebrará em conjunto com o Agente Fiduciário aditamento a Escritura de Emissão para cancelamento da Emissão.

4.12.3. Caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, o evento seguirá os procedimentos da CETIP. Para tal a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 1 (um) dia útil de sua realização.

4.12.4. Não será permitido o resgate antecipado parcial das Debêntures.

4.13. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos ainda a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora na data prevista nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.15. Local de Pagamento



Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora através da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto à Instituição Depositária.

4.16. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.17. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no jornal "Valor Econômico", edição nacional.

4.18. Imunidade Tributária

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido titular de Debêntures deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento do pagamento referente às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras da Emissora relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes. As informações referidas neste inciso deverão ser acompanhadas de declaração do Diretor Financeiro da Emissora, atestando o cumprimento das disposições constantes desta Escritura de Emissão;



- (ii) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, (a) cópia das demonstrações financeiras da Emissora relativas a 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano até a data da liquidação das Debêntures, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (b) outras informações financeiras que sejam necessárias para o cálculo dos índices e limites financeiros a que se refere a alínea (m) do item 4.11.1 acima;
- (iii) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28/83");
- (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.17. acima;
- (v) aviso aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480, de 07 de dezembro de 2009 ou normativo que venha a substituí-la, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (vi) informações sobre qualquer descumprimento conhecido e não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo;
- (vii) em até 10 (dez) dias úteis da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
- (viii) em até 5 (cinco) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, às perspectivas, à situação financeira ou ao resultado das operações da Emissora; e
- (ix) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;



- (c) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (d) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.11 desta Escritura de Emissão;
- (f) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e que lhe forem aplicáveis, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (g) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (h) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras publicadas pela Emissora não mais reflitam sua real condição econômica e financeira;
- (i) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, com o Contrato de Colocação das Debêntures ou com qualquer outro documento relacionado à Oferta Restrita, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (j) salvo nos casos em que, (a) de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, e (b) tenha constituído reservas e provisões apropriadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil para cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (k) manter contratado, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário, a agência de rating e a CETIP;
- (l) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da



cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão e desde que haja ocorrido algum inadimplemento da Emissora que motivasse a referida cobrança;

(m) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;

(n) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;

(o) em até 30 (trinta) dias contados da Data de Emissão, ou até a utilização integral dos recursos, o que ocorrer primeiro, entregar ao Agente Fiduciário uma evidência da aplicação dos recursos captados por meio da Emissão nos termos do item 3.4 acima; e

(p) manter contratada, enquanto houver Debêntures em circulação, qualquer uma das agências de rating entre a Standard&Poors, Moodys ou Fitch Ratings para os fins de elaboração e divulgação do rating corporativo da Emissora.

5.1.1. As informações referidas nas alíneas (a)(i) e (a)(ii) do item 5.1 acima, deverão ser acompanhadas de relatório demonstrando a apuração dos índices e limites financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, juntamente com o relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices e limites financeiros, e de declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura de Emissão.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (l) do item 5.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

(a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;

(b) extração de certidões atualizadas;

(c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, desde que razoáveis, na hipótese de ocorrerem omissões e/ou obscuridades relacionadas às informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.



5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares de Debêntures, que não tenha sido saldado na forma da alínea (I) do item 5.1. acima, será adiantado pelos Debenturistas, e, posteriormente, acrescidos à dívida da Emissora, preferindo às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de suas funções ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao respectivo pagamento ou reembolso, conforme o caso, por um período superior a 30 (trinta) dias contados da respectiva solicitação de pagamento ou reembolso.

5.3. Sem prejuízo do acima exposto ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM n.º 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente aos Coordenadores; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Planner Trustee DTVM Ltda., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e aqueles previstos nos respectivos atos constitutivos, necessários para tanto;
- (c) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (d) não tem qualquer impedimento legal para exercer a função que lhe é conferida;
- (e) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28/83;
- (f) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (g) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (h) que os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;



6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, o quanto segue:

- (a) parcelas trimestrais de R\$5.000,00 (cinco mil reais), sendo que a primeira parcela será paga no quinto dia útil após a assinatura desta Escritura de Emissão, e as demais parcelas no mesmo dia dos trimestres subsequentes;
- (b) as parcelas dispostas na alínea acima serão atualizadas anualmente de acordo com a variação acumulada do IGP-M, a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão, ou, na falta deste, pelo índice que vier a substituí-lo;
- (c) os honorários do Agente Fiduciário previstos neste item 6.4 serão devidos mesmo após o vencimento das Debêntures caso, ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referente às Debêntures não sanadas pela Emissora;
- (d) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% ao mês; e
- (e) As parcelas dispostas na alínea "a" acima serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição do Programa de Integração Social) e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas Alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCEMG, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações, especialmente a das apurações financeiras da Emissora entregues para efeito do disposto na alínea "m" do item 4.11.1, da Cláusula Quarta;
- (g) solicitar, quando julgar necessário e desde que previamente aprovado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, desde que previamente aprovado pelos Debenturistas, quando considerar necessário e mediante justificativa razoável e fundamentada, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a AGD, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, na forma prevista na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão;
- (j) comparecer à AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;



- (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como repactuação, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede dos Coordenadores;
- (m) publicar, às expensas da Emissora, na forma do item 4.17, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;



- (r) informar aos Debenturistas, assim que seja comunicado pela Emissora, a existência de qualquer valor disponível para recebimento por parte dos Debenturistas em razão das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora;
- (s) calcular, diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos titulares das Debêntures e à Emissora, através do site www.fiduciario.com.br ou através dos contatos dispostos na Cláusula Nona da presente Escritura de Emissão;
- (t) acompanhar com o Banco Mandatário em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão; e
- (u) acompanhar, trimestralmente, o enquadramento dos índices financeiros com base nas demonstrações financeiras da Emissora, conforme Cláusula Quarta, item 4.11.1, alínea "m".

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. Fica desde já estabelecido que o Agente Fiduciário deverá obter aprovação prévia dos Debenturistas para prosseguir com a solicitação ou publicação de quaisquer informações ou documentos de propriedade ou relativos à Emissora. Referida aprovação poderá ser obtida por qualquer meio escrito, incluindo, mas não se limitando, a mensagens de correio eletrônico (e-mail).

6.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) e (b) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de titulares das Debêntures em circulação, tomadas de acordo com os seguintes quoruns: (i) a deliberação por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (a) acima; e



(ii) a deliberação por Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação presentes à respectiva AGD quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (b) acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à remuneração avençada nesta Escritura de Emissão.

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83, conforme o caso, e eventuais normas posteriores.



6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEMG junto com a presente Escritura de Emissão.

6.8.6. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.17. acima.

6.8.7. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SETIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.



7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular, o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures; (ii) na data de pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da 1ª ou da 2ª Serie, conforme aplicável, inclusive mas não se limitando ao que diz respeito à definição de taxa substitutiva de que trata o item 4.9.4 desta Escritura de Emissão; (iii) no parâmetro de cálculo das Remunerações da 1ª e da 2ª Séries; (iv) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (v) no item 4.11. (Vencimento Antecipado) acima, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11.2.(ii) desta Escritura de Emissão, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures da 1ª e 2ª Séries, em conjunto, que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não se limitando, no que diz respeito à definição da taxa substitutiva de que trata o item 4.9.4 desta Escritura de Emissão, alteração na Remuneração e/ou Datas de Pagamento do Principal e/ou da Remuneração, dependerá da aprovação de titulares de Debêntures da 1ª e 2ª Séries, em conjunto, que representem, no mínimo de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro *quorum* específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.9. Conforme acima estabelecido na Cláusula Sexta acima, o Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.



7.10. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembléias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quorúms estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, conforme definido no item 7.7 acima, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido nas respectivas Assembléias Gerais de Debenturistas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) é uma sociedade por ações de capital aberto devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, (i) qualquer contrato relevante do qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas e em pleno vigor;



- (f) as demonstrações financeiras da Emissora representam corretamente a sua posição financeira nas datas em que foram apresentadas e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) exceto por aqueles mencionados nas demonstrações financeiras da Emissora ou de outra forma informados por escrito à totalidade dos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora;
- (h) as informações e declarações contidas nesta Escritura de Emissão em relação à Emissora e à Oferta Restrita, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (i) não omitiu fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados que venham a adquirir Debêntures;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita exclusivamente para os fins descritos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (m) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM nº 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo das Remunerações da 1ª e da 2ª Séries foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim



como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Localiza Rent a Car S.A.

Av. Bernardo Monteiro nº 1.563,
Belo Horizonte – MG
30150-902, Bairro Funcionários
At.: Sr. Roberto Antônio Mendes
Tel.: (31) 3247-7040
Fax: (31) 3247-7755
Email: ri@localiza.com

Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3900 – 10º andar
São Paulo, SP CEP 04538-132
At.: Sra. Viviane Rodrigues
Tel.: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3078-7264
E-mail: fiduciário@plannercorretora.com.br

Para o Banco Mandatário e/ou Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.

Departamento de Ações e Custódia – DAC
Av. Yara, S/N - Cidade de Deus - Prédio Amarelo – 2º Andar
Cep.: 06029-900 – Osasco - SP
Tel.: (11) 3684-4522
Fax: (11) 3684-5645
E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 5 (cinco) dias úteis contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3 acima serão arcados pela parte inadimplente.



CLÁUSULA DECIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda, obrigando as partes por si e seus sucessores a qualquer título.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura de Emissão, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura de Emissão, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

10.6. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.



A large, stylized handwritten signature in black ink.

A handwritten signature in black ink, consisting of a few loops and a long horizontal stroke.

A handwritten signature in black ink, featuring a prominent vertical stroke and a curved top.

A handwritten signature in black ink, with a circular loop at the top and a horizontal base.

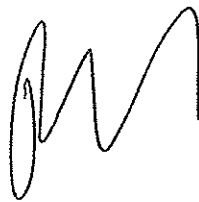
10.7. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro central da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Belo Horizonte, 3 de maio de 2010

A large, stylized handwritten signature in black ink.A small, stylized handwritten signature in black ink.A small, stylized handwritten signature in black ink.A stylized handwritten signature in black ink.A stylized handwritten signature in black ink.A stylized handwritten signature in black ink.

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante Da Localiza Rent a Car S.A., com Esforços Restritos de Colocação.

LOCALIZA RENT A CAR S.A.

Nome:

Cargo:

ANTONIO HIDEYUKI HYODO

GERENTE DE FINANÇAS

Nome:

Cargo:

ROBERTO ANTÔNIO MENDES

CFO E DIRETOR DE RI



[Handwritten initials and signature]

[Handwritten signature]

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante Da Localiza Rent a Car S.A, com Esforços Restritos de Colocação.

PLANNER TRUSTEE DEVM LTDA.

Nome:

Cargo:

Viviane Rodrigues
Viviane Rodrigues
Diretora




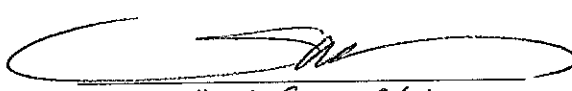
[Three handwritten signatures]

[Handwritten signature]

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante Da Localiza Rent a Car S.A, com Esforços Restritos de Colocação.

Testemunhas:


Nome: Tatiana Lima
RG: 32.493.835-4
CPF: 120.713.708-08


Nome: Samuel F.C. Neves
RG: 110.333.704
CPF: 034632716-80









JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.076-3/000
EM 04/05/2010
#LOCALIZA RENT A CAR SA#

PROTOCOLO: 10/337.654-2

AC0981429


MARILENE DE PAULA SOUSA
SECRETÁRIA GERAL





ANEXO I

Modelo de Comunicação de Encerramento da Oferta à CVM

São Paulo, [•] de [•] de [•]

À
Comissão de Valores Mobiliários
Superintendência de Registro de Valores Mobiliários – SRE
Rua Sete de Setembro, n.º 111, 33º andar
Rio de Janeiro – RJ

Ref.: Comunicação de Encerramento de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação das Debêntures Simples da 4ª Emissão da Localiza Rent a Car S.A.

Prezados Senhores,

Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, n. 2041 e 2236, Bloca A, 27 andar, na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, vem, pela presente comunicar o encerramento da distribuição pública com esforços restritos de colocação das debêntures simples não conversíveis em ação, da espécie com garantia flutuante da 4ª emissão da **Localiza Rent a Car S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Bernardo Monteiro, nº 1.563, Bairro Funcionários, CEP 30150-902, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.670.085/0001-55, em conformidade com o disposto no artigo 8º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009:

EMISSION/OFERTANTE

Nome: [•]
CNPJ/MF: [•]
Tipo societário: [•]
Página na rede mundial de computadores: [•]

Nome do intermediário líder e das demais instituições intermediárias envolvidas na distribuição: [•]

DADOS DA OFERTA

Quantidade de valores mobiliários objeto da oferta: [•]
Espécie: [•]



Classe: [•]

Forma: [•]

Preço unitário: [•]

Valor total subscrito na oferta: [•]

Data de início da oferta: [•]

Data de encerramento da oferta: [•]

Dados finais de colocação, nos termos do Anexo VII da Instrução CVM n.º 400, de 2003, conforme alterada:

| Destino de Colocação das Debêntures | Número de Subscritores | Quantidade Subscrita | Valor Total da Subscrição (R\$) |
|---|------------------------|----------------------|---------------------------------|
| - Pessoas físicas | - | - | - |
| - Clubes de investimento | - | - | - |
| - Fundos de investimento | - | - | - |
| - Entidades de previdência privada | - | - | - |
| - Companhias seguradoras | - | - | - |
| - Investidores estrangeiros | - | - | - |
| - Instituições intermediárias participantes do consórcio de distribuição | - | - | - |
| - Instituições financeiras ligadas à emissora ou aos participantes do consórcio | - | - | - |
| - Demais instituições financeiras | - | - | - |
| - Demais pessoas jurídicas ligadas à Emissora ou aos Coordenadores | - | - | - |
| - Demais pessoas jurídicas | - | - | - |
| - Sócios, administradores, empregados, prepostos e demais pessoas ligadas à Emissora ou aos Coordenadores | - | - | - |
| Total | - | - | - |

Sendo o que nos cumpria para o momento, colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Por:
Cargo:

Por:
Cargo:

